

DA CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO DIA DO COMBATENTE

13 de Abril de 2014 – Freguesia da Terra Chã

Decorreram, na Freguesia da Terra Chã, Concelho de Angra do Heroísmo, em 13 de Abril de 2014, as comemorações evocativas do Dia do Combatente e de Homenagem aos Antigos Combatentes Mortos na Guerra do Ultramar.

As cerimónias, organizadas pelo Nucleo da Liga dos Combatentes de Angra do Heroísmo, em colaboração com a Junta de Freguesia da Terra Chã, foram presididas pelo Presidente da Camara Municipal de Angra do Heroísmo, Dr. José Gabriel do Álamo de Meneses. Estiveram ainda presentes o Comandante da Zona Marítima dos Açores, Contra – almirante, Fernando Manuel de Macedo Pires da Cunha em representação do Comandante Operacional dos Açores, Vice-almirante Augusto Mourão Ezequiel; do Comandante da Zona Aérea dos Açores, Major-General Luís António Flor Ruívo; do Comandante do Regimento de Guarnição nº 1, Coronel de Infantaria, Carlos Alberto Esteves Filipe, em representação do Comandante da Zona Militar dos Açores, Major-General Jose Manuel Cardoso Lourêncio; a Vice-Presidente da Camara Municipal da Praia da Vitória, Dr^a. Paula Ramos em representação do Presidente da Camara Municipal, Dr. Roberto Lucio Silva Pereira Monteiro; do Presidente do Núcleo da Liga dos Combatentes de Angra do Heroísmo, Tenente Coronel da reserva José Pereira Rodrigues; e do Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã, Rómulo Ficher Correia. Tomaram, ainda, parte nas cerimónias diversas entidades civis, militares e ex-combatentes da Guerra do Ultramar e familiares.

As cerimónias tiveram inicio com a celebração de uma missa na Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Belém (Terra Chã), em memória dos Combatentes falecidos, com guarda de honra ao Altar.

Terminada a missa deu-se inicio à cerimónia alusiva ao Dia do Combatente, junto ao Monumento em honra aos militares do concelho, mortos em combate em África, tendo discursado o Doutor Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjáz.

O discurso do Dr. Jorge Forjáz versou:

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Angra
Exmo. Senhor Comandante da Zona Marítima dos Açores, em representação do Comandante Operacional dos Açores
Exmo. Senhor Comandante da Zona Aérea dos Açores
Exmo. Senhor Comandante do Regimento de Guarnição nº 1, em representação do Comandante da Zona Militar dos Açores
Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Terra-Chã
Reverendo Senhor Pároco da Terra-Chã
Restantes autoridades civis e militares
Minhas senhoras e meus senhores

Camaradas:

Fala-vos um tenente miliciano na disponibilidade. Ganhei jus a este título após 3 anos de serviço militar, um em Maфра e dois na Guiné. Não estou sozinho nesta situação, pois creio que todos os que em algum momento da nossa História pegaram numa arma, tenha sido por conscrição ou fosse de modo voluntário - que também os houve - todos esses são meus camaradas neste ofício que atravessa os tempos que é arriscar-se a derramar o sangue pela Pátria.

A linguagem vai mudando com os tempos; as obrigações cívicas e o entendimento que delas se tenha, também se vão alterando; a capacidade de sofrimento e expectativa de retorno tem leituras diferentes quantos os séculos; mas uma coisa é comum e transversal aos tempos e aos lugares - pegar em armas para combater um qualquer inimigo, conjuntural ou circunstancial, é uma tarefa arriscada.

O historiador que em mim habita, e que já emergia timidamente quando andei pelos pântanos da Guiné, tem tendência a olhar para as coisas numa perspectiva de conjunto. As forças armadas portuguesas não são só aquelas que aqui estão tão garbosamente representadas por destacamentos do Exército, da Marinha e da Força Aérea, jovens militares, enquadrados pelos seus oficiais e sargentos. As forças armadas portuguesas estruturam-se pela primeira vez e com esta designação, quando D. Afonso Henriques clamou às armas em defesa do novo território que então se delineava; continua nos combatentes que fizeram recuar os mouros às suas fronteiras originais; identificam-se com os que partiram à reconquista do Norte de África e depois seguiram pelas costas em demanda de um oriente entrevisto nas crónicas dos viajantes antigos, chegando à Índia e ao Japão; combateram na costa da Índia, sob o comando de um Albuquerque terrível ou de um Castro forte; defenderam as costas da Terceira do desembarque espanhol e sessenta anos depois cercaram o castelo - então de São Filipe - para expulsarem o mesmo estrangeiro dominante; partiram para a defesa do Brasil; atravessaram rios e florestas para consolidarem essas fronteiras tropicais; armaram-se para defender dois pontos de vista diametralmente opostos nas lutas liberais; foram incorporados em sucessivas expedições para África nos finais de novecentos; morreram nos campos da Flandres dizimados pelo poderio alemão da Grande Guerra; quase que invadiram os Açores, numa frágil tentativa de impedir que outros alemães - os de Hitler - pudessem um dia aqui desembarcar; foram para a Índia nos anos 50 - e ainda me lembro dos chorados embarques no Pátio da Alfândega - a Índia tão longe...; e depois caminharam, geração após geração, para Angola, Moçambique e Guiné, onde se vivia e morria, ou São Tomé, Cabo Verde, Macau e Timor, onde se vivia e gozava um pouco mais a vida; e agora nos campos da Bósnia ou do Afeganistão, onde se cumprem tratados internacionais, a que o governo português se sente obrigado.

São estas as nossas forças armadas, e é neles que procuramos os nossos combatentes - os que sobreviverem aos combates, felizmente a maioria, e os que derramaram o seu sangue nos campos de batalha - felizmente a minoria, e ainda aqueles, nunca bem determinados, que ficaram mais ou menos atingidos no seu equilíbrio físico ou psíquico. E é por estes todos e para estes todos que, presumo, estamos hoje aqui, convocados por essa tão nobre instituição que é a Liga dos Combatentes, fundada no rescaldo da brutalidade da 1ª Guerra Mundial - então só conhecida por Grande Guerra, ignorando-se ainda que haveria de vir outra, a 2ª, que seria ainda mais brutal. Criada em 1923 com a designação de «Liga dos Combatentes da Grande Guerra», tinha como objectivo reunir numa associação os militares e ex-militares que tivessem combatido na Grande Guerra. Em data que não pude precisar, mas que creio que andarรก próxima dos eventos do Ultramar que chamaram novamente os portugueses às armas, a Liga resolveu mudar a sua designação passando a denominar-se simplesmente «Liga dos Combatentes». Com

isto, abria-se aos vivos que a integrassem como sócios - e abria-se mais ainda à memória daqueles que tendo servido a Pátria, por ela morreram. E assim os nossos combatentes e os nossos mortos, constituem uma lista imensa que atravessa os séculos e deve estar sempre presente na nossa memória colectiva.

Em teoria, pode chegar o dia em que o País não tenha forças armadas e não haja um combatente vivo para dar testemunho do que seja este tipo de serviço. No entanto, assumindo-se como procuradora dos combatentes de Portugal, a Liga aí está para nos dizer, em cerimónias como esta que, ciclicamente, se vão repetindo pelo país inteiro, que houve alguém, em algum tempo, que, com sacrifício do seu tempo, da sua saúde, ou mesmo da sua vida, pegou em armas em defesa de Portugal, em defesa do Portugal de cada tempo histórico, aqueles mesmo Portugal que invoquei no princípio destas linhas.

É bom que a Liga nos lembre tudo isto - não para que se repita, que o ideal seria que nunca se repetisse, e que a paz fosse eterna e os homens encontrassem sempre a melhor solução para os seus problemas sem o dramático recurso às armas. Mas é bom que nos lembre, pois a memória é curta e assim como já parece - para os que não tem 40 anos - que não houve um sismo em Angra, assim também parece que uma geração, várias gerações - de todos aqueles que hoje tem mais de 60 anos - não serviram as Forças Armadas, com todas as consequências e ilações que daí se possam tirar. Estes, os de mais de 60 anos, ao falarem em guerra, em combates e em combatentes, tem presente a última guerra em que nos envolvemos. Os mais novos já falam dela, como eu falava da 1ª Guerra Mundial - como uma curiosidade. Mas não foi - foram tempos que deixaram marcas, muitas marcas, e uma delas é a que é fruto do esquecimento.

Afinal, que ficou de tudo aquilo? Permito-me reproduzir umas palavras que proferi quando se inaugurou o monumento aos mortos do Ultramar, defronte do quartel dos Bombeiros, na Praça Dr. Sousa Júnior, ele próprio um combatente, pois foi mobilizado como major médico, e chefiou o serviço de saúde do Corpo Expedicionário Português em França:

Ficaram as mães, ficaram as viúvas, ficaram os mutilados de guerra, ficou o stress pós-guerra, ficou um país envergonhado da sua história e esquecido dos seus mortos, ficou uma legislação a haver e que protegesse os que combateram à sombra da bandeira da pátria, e com ela morreram ou ficaram destruídos psicologicamente, deixando famílias sem chefe ou em sofrimento silencioso. Ficou um país que, confundindo história com política, é mal agradecido para com a gente deste país que em todos os tempos não negou o seu sangue e o seu sacrifício para que Portugal se fosse cumprindo, conforme os ventos da História de cada tempo que foi fluindo.

Meus caros amigos - em Inglaterra há todos os anos uma cerimónia muito comovente, em que a Rainha, os príncipes, o Governo e toda a Nação se vestem de luto, e com uma flor vermelha ao peito, rezam uma oração em cerimónia pública pelos que, ao serviço da pátria, verteram o seu sangue em todas as guerras em que a Grã-Bretanha se envolveu. E quantas delas foram justas? E quantas delas poderiam ter sido evitadas? E quantas delas não foram produto do mero capricho de um governante insensato?

Mas o sangue derramado era de ingleses, irmãos de sangue, irmãos de carne, que partiram sem mais voltar, para que a Inglaterra se fosse cumprindo. E uma Pátria não se analisa por fatias, é produto da totalidade das suas festas e das suas lágrimas, das suas vitórias e das suas derrotas. Repito, Portugal construiu-se em Ourique, em Aljubarrota, em Alcácer Kibir, em Vila Franca do Campo, na Salga, no Ameixial, no Mindelo, em Évora

Monte, em Chaimite, em La Lys e no Ultramar, em todo o Ultramar, da fronteira norte de Guiné ao extremo leste de Timor.

Por isso estamos aqui, agora, nesta tão sentida lembrança dos nossos queridos mortos, aos que fugiram do nosso convívio, mas entraram para o convívio dos que fizeram a Pátria Portuguesa, ajudando a misturar o cimento e a cal que alevantaram este edifício a que chamamos Portugal.

Gostaria de terminar com uma lembrança amena - ou antes trágico-amena, uma das muitas histórias de guerra, que todos os combatentes bem conhecem.

Já no estertor da I Guerra Mundial, a 9 de Abril de 1918 - comemoramos agora 96 anos, e estamos a 4 anos do centenário - os alemães puseram em marcha a Operação Georgete, comandada pelo célebre cabo de guerra o Marechal Luddendorf. Visava abrir uma brecha na frente comum anglo-portuguesa, em que a divisão portuguesa, do comando do general Gomes da Costa era constituída por cerca de 20.000 homens. Ao fim das primeiras 4 horas de combate, perante o avanço avassalador de 8 divisões do exército alemão, esplendidamente municiado e preparado, as nossas forças soçobraram deixando no terreno quase 7500 mortos e desaparecidos, entre os quais mais de 300 oficiais. Estávamos perante a maior catástrofe militar portuguesa - a denominada Batalha de La Lys -, só superada pelo desastre de Alcácer Kibir, no tão longínquo séc. XVI. O recrutamento militar atingira por igual todo o país e a Terceira não foi excepção. Creio não estar feito, no entanto, o inventário de todos os açorianos em geral, e terceirenses, em particular, que integraram o Corpo Expedicionário Português que seguiu para a Flandres. Mas só a nível de oficiais, lembro alguns - o tenente Domingos Borges, o capitão José Agostinho, o tenente médico José de Freitas, o capitão Abel Souto-Maior, o capitão médico Jorge Monjardino, o já citado Dr. Sousa Júnior, o capitão médico Manuel Menezes. E é justamente sobre este que tenho uma triste e depois bem alegre história para vos contar

A 23 de Abril - quando o país inteiro já sabia da tragédia que atingira as nossas forças - foi recebido em Angra um telegrama do Ministério da Guerra anunciando que o tenente médico Dr. Manuel Menezes morrera na ofensiva de 9 de Abril. O jornal «A União» encheu-se de crepes para noticiar que **«o desventurado oficial que contava apenas 28 anos, era de uma bondade extrema e por isso gozava de justa e geral simpatia»**, acrescentando que ele **«quando regressasse da frente de batalha viria à Terceira realizar o seu consórcio com uma elegante e ilustre menina desta cidade que, por triste coincidência, recebeu a infausta notícia no próprio dia do seu aniversário»**. Era o primeiro terceirense que morria na guerra, e as bandeiras da Câmara e da Junta Geral foram colocadas a meia haste. A jovem Maria Adelaide, que nesse mesmo dia fazia os seus 19 anos, ficava a chorar o seu amor perdido, lá longe dos lamaçais da Flandres. Meu Pai então estudava no Colégio Moderno em Coimbra, e recebeu uma carta de um amigo, que eu guardo, que dizia: **«O Menezes, noivo da Adelaide, morreu na Flandres»**.

No dia 29 de Abril celebraram-se exéquias fúnebres na Igreja da Misericórdia e deram-se inúmeras esmolas aos pobres por alma do falecido. E quase 15 dias depois, a 10 de Maio, chega o navio da carreira ao porto de Angra, com a notícia, ainda um pouco vaga, de que o Dr. Menezes afinal não teria morrido. Podemos imaginar a angústia da família e da noiva. Resolveram então expedir um telegrama para o Dr. José de Freitas, colega do Dr. Menezes, e que já se encontrava em Lisboa. Nesse mesmo dia à noite, tinham a resposta - ainda que ferido numa mão, o Dr. Menezes estava bem e de saúde!! O jornal

«A União» exultava no dia seguinte: **«O Dr. Menezes está vivo em França»**, e a 20 de Maio recebeu-se na Terceira um telegrama do próprio Dr. Menezes que, lá longe, não sabia do drama que se passava na sua terra natal. Um mês depois, a 25 de Junho desembarcou em Angra - foi uma festa, a cidade em peso esperava-o no cais, imaginamos a alegria da noiva e dos pais, e à noite a Filarmónica União Operária (hoje desaparecida) e a Fanfarra Pátria e Liberdade (hoje denominada «Gago Coutinho e Sacadura Cabral») foram saudá-lo a sua casa. Uns dias depois, e na Sé Catedral, uma missa de acção de graças tornou a juntar os mesmos que lhe tinham rezado por alma um mês antes - mas desta vez em ambiente de alegria. Em Março de 1919 casaram na Ermida da Madre de Deus (**«elegante consórcio»** disse «A União») e tiveram muitos meninos como nas histórias da nossa infância, e os netos aí estão dando o seu contributo cívico para a nossa terra.

Nem todas as histórias de combatentes terminam assim - dir-se-á mesmo que devem ser raríssimas. São a flor da esperança que nasce aqui e ali no meio da maior tragédia - hoje ouvimos isto com um sorriso nos lábios, mas não somos capazes de imaginar quanta dor por ali houve e também quanta alegria então se viveu. Foi mais umas das muitas malhas que o império teceu, como dizia o nosso Fernando Pessoa.

Seguiu-se, a cerimónia de homenagem aos antigos combatentes falecidos na Guerra do Ultramar, com a deposição de três coroas de flores junto ao Monumento: pela Junta de Freguesia da Terra Chã, pelo Núcleo da Liga dos Combatentes de Angra do Heroísmo e pelas Forças Armadas. O evento terminou com um almoço/convívio.

Para a realização da referida cerimónia contou-se com a importante colaboração do Comando Operacional dos Açores, e dos Comandos da Zona Marítima dos Açores, do Comando da Zona Militar dos Açores, do Comando da Zona Aérea dos Açores e da Junta de Freguesia da Terra Chã.

As forças militares presentes foram constituídas por um pelotão, composto por três secções, sendo uma de cada ramo das Forças Armadas Portuguesas: Uma secção da Marinha Portuguesa, uma secção do Regimento de Guarnição Nº 1 e uma secção da Base Aérea nº 4.